

política

Começa nesta sexta acordo de devolução de descontos ilegais

Primeiros pagamentos serão liberados no próximo dia 24 de julho

/ GOVERNO FEDERAL

A partir desta sexta-feira, os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vítimas dos descontos ilegais de mensalidades associativas poderão aderir ao acordo de ressarcimento proposto pelo governo federal.

Homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o plano de restituição dos valores deduzidos sem a autorização dos segurados do INSS é fruto de um acordo entre o Ministério da Previdência Social, o INSS, a Advocacia-Geral da União (AGU), a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Aderindo ao acordo, os segurados com direito à reparação financeira receberão em suas contas, em uma única parcela e sem precisar aguardar por uma decisão judicial, todo o valor descontado ilegalmente entre março de 2020 e março de 2025, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Segundo o presidente do INSS, Gilberto Waller, os primeiros pagamentos serão liberados no próximo dia 24. A partir daí, o cronograma de ressarcimento prevê pagamentos diários, em lotes de até 100 mil pessoas, até que todos os casos sejam concluídos.

“A ideia é que, a partir de 24 de julho, comecemos a virar essa página. É quase como que pedir desculpas a nossos aposentados e pensionistas, que foram roubados, fraudados, e que são vítimas. E o INSS - com o apoio do Ministério da Previdência Social e a determinação do governo - está disposto a fazer o pagamento de maneira rápida e integral”, assegurou Waller.

Em entrevista coletiva nesta



Ministro da Previdência, Wolney Queiroz detalhou cronograma

quinta-feira, ele e o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, detalharam o cronograma do acordo de ressarcimento.

De acordo com o presidente do INSS, dos cerca de 9 milhões de beneficiários consultados, aproximadamente 3,8 milhões questionaram os descontos de mensalidades associativas em seus benefícios. Desses, pouco mais de 1,86 milhão de aposentados e pensionistas já estão aptos a aderir ao acordo.

A adesão ao acordo será feita gratuita e exclusivamente pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente nas agências dos Correios. No aplicativo, o interessado deve acessar a aba “Consultar Pedidos”, clicar no item “Cumprir Exigência”, assinalar a opção “Aceito Receber”, localizada no fim da página e, então, clicar em “Enviar”. Não é necessário enviar nenhum documento além dos já apresentados.

“O INSS e o Ministério da Previdência não vão ligar, não vão mandar links, e-mails ou qualquer outra forma de comunicação além da que será feita pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente, em uma agência dos Correios”, alertou Waller, acrescentando

que, em nenhuma hipótese, será cobrado algum valor do segurado, que receberá o valor devido automaticamente, na mesma conta bancária na qual recebe seu benefício previdenciário.

Quem ainda não contestou eventuais descontos pode fazê-lo pelo aplicativo Meu INSS, ligando para a central telefônica 135 ou indo pessoalmente a uma agência dos Correios. Novas contestações serão aceitas pelo menos até 14 de novembro de 2025 - data que o governo federal ainda vai analisar se precisará ser prorrogada. A partir da data em que o beneficiário questionar as cobranças, as entidades têm até 15 dias para comprovar que o desconto foi feito legalmente.

Quem já recorreu a Justiça, ingressando com ação judicial contra o INSS, também pode aderir ao acordo. Para isso, contudo, deverá desistir do processo, de forma a não ser duplamente beneficiado. Além das adesões espontâneas, o INSS vai fazer contestação automática para beneficiários em situação de vulnerabilidade: pessoas que tinham 80 anos de idade ou mais em março de 2024, indígenas e quilombolas.

Aprovada criação de 160 funções comissionadas no STF

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, por 178 votos favoráveis e 155 contrários, a criação de 160 funções comissionadas no quadro de pessoal do Supremo Tribunal Federal (STF). As funções serão ocupadas nos gabinetes

dos ministros da corte. A proposta agora segue para o Senado.

As funções são no valor de R\$ 3.256,70. Ao apresentar o projeto, o STF argumentou que a medida ajudará a reter servidores mais qualificados, para auxiliar os juízes nos processos que tramitam na corte.

A justificativa diz ainda que o

projeto não traz qualquer impacto ou aumento no limite de despesas primárias. “Os recursos previstos já estão incluídos no teto orçamentário destinado ao STF. Haverá somente remanejamento interno entre ações”, diz o texto. Foram criados ainda 40 cargos efetivos para o quadro de pessoal do STF.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

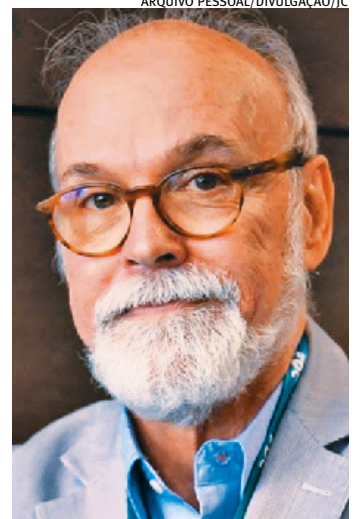
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Guerra mais ideológica que comercial

A crise desencadeada pela decisão de Donald Trump de aplicar tarifa de 50% sobre produtos brasileiros revela muito mais um embate ideológico do que uma disputa comercial genuína. A retórica eleitoral do presidente norte-americano, recheada de ataques ao Supremo Tribunal Federal, e de elogios velados a Jair Bolsonaro (PL), escancara a politização das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. E nessa guerra retórica, quem corre o risco de pagar a conta são os produtores brasileiros - e o próprio consumidor.

Impacto direto na economia real

A medida afeta especialmente setores estratégicos como o aço, o alumínio e parte da indústria manufatureira. Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e a taxa amplifica as incertezas num cenário já delicado. O professor Carlos Primo Braga (foto), da Fundação Dom Cabral, e ex-diretor do Banco Mundial, alerta: “50% de tarifa sobre o setor siderúrgico é algo muito significativo, e retaliar pode ter efeito bumerangue sobre a própria economia brasileira, especialmente o consumidor”.



China e Mercosul

Segundo Braga, a melhor resposta seria estratégica, como ampliar exportações para a China e concluir o acordo Mercosul-União Europeia. Ele defende cautela: “Temos a Lei da Reciprocidade, mas retaliação imediata não é a solução. É preciso negociar e diversificar mercados”.

Congresso em confronto

O anúncio do tarifaço repercutiu fortemente no Congresso. Parlamentares da extrema direita saíram em defesa de Trump e atacaram o STF e o governo Lula. O deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL) afirmou que “a taxa é um alerta para os brasileiros sobre a ditadura que vivemos, principalmente vinda do Supremo”. Em tom ainda mais inflamado disse que “pode ser prejudicado pessoalmente, mas se for para salvar o Brasil, que se taxe”.

Críticas à democracia

Já o deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo) subiu o tom contra a diplomacia brasileira: “O Itamaraty hoje vale menos do que um deputado federal licenciado. Eduardo Bolsonaro (PL) tem mais força nos EUA do que Mauro Vieira, Celso Amorim ou a embaixadora Maria Luíza Viotti”.

A carta e o pano de fundo político

A carta pública de Trump a Lula mistura economia com política doméstica brasileira. O professor Braga lembra que o Brasil, na verdade, compra mais dos EUA do que exporta - com um superávit de US\$ 49 bilhões favorável aos norte-americanos nos últimos anos.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade